

Controle de gastos em todos os níveis

Um novo modelo de relacionamento entre a União, estados e municípios desenha-se hoje claramente no País. Sempre foi difícil, senão impossível, para o governo central tratar dos problemas das unidades federativas independentemente de considerações político-partidárias. Com a consciência de que o déficit público nacional não é apenas o déficit da União, mas a ele se agregam também os déficits das unidades federativas e das prefeituras, a área técnica do governo há anos vem insistindo em medidas corretivas coordenadas nos três níveis da administração, com algum êxito aqui e ali, mas sem nunca configurar uma política. Isso hoje está ocorrendo, com a compreensão e ajuda efetiva do Congresso Nacional.

A partir da observação de que os gastos com a folha de pessoal dos estados estão crescendo mais rapidamente que os repasses feitos pelo Fundo de Participação, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, vem condicionando a rolagem de dívidas às medidas tomadas pelos governadores para saneamento financeiro em sua área. A abrangência é ampla, indo da contenção das despesas com o funcionalismo à privatização de empresas e à concessão de serviços públicos.

É verdade que, em face dos estatutos ainda em vigor, só poderá haver uma mudança profunda com relação às despesas de pessoal com a aprovação final da reforma administrativa, o que só é previsto para o próximo ano. A folha aumenta em função de vantagens e benefícios di-

versos, ainda que os estados não dêem reajustes de salários, mas isso não torna a frouxidão justificável. Se o valor dos repasses do Fundo de Participação até setembro foi 33% superior ao mesmo período do ano anterior, não há melhor evidência de empreguismo, que continua à solta do mesmo não existindo dinheiro em caixa.

Não faz sentido, pois, criar facilidades para a rolagem de dívidas quando as despesas crescem de tal forma, o que representaria um estímulo ao acúmulo de dívidas sobre dívidas. A compreensão desse fato hoje não está limitada ao Executivo, o que é excelente sinal. A disposição do Congresso de colaborar é demonstrada por duas emendas constitucionais que o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT), relator da questão das dívidas estaduais, vai propor, como foi divulgado na última semana. Uma delas prevê um prazo para a contratação de funcionários em relação às eleições, que não ficaria restrito ao período pré-eleitoral, incluindo os últimos meses de mandato dos detentores de cargos executivos, seja da União, seja dos estados e municípios, de modo a acabar com nomeações "no apagar das luzes".

Este é um projeto de emenda muito oportuno em face das próximas eleições municipais. Como os prefeitos não podem reeleger-se, de acordo com as disposições hoje em vigor, é grande a tentação de que, passadas as eleições de 1996, muitos venham a nomear a rodo, em função de futuras pretensões políticas. A Lei Rita Camata fixou em 60% da receita líquida os gastos de

pessoal pela administração pública em todos os níveis, mas dá um prazo para adaptação até 1998. Aprovada a emenda, essa brecha estaria fechada, bem como nomeações desse tipo, que poderiam vir a ser feitas no futuro, contornando as limitações daquela lei.

Outra emenda a ser apresentada pelo senador por Mato Grosso objetiva controlar as despesas dos três poderes, que passa a depender de lei complementar, o que pode vir a ser um utilíssimo instrumento para disciplinar o indisciplinável no Brasil: as despesas dos poderes Legislativo e Judiciário. O Executivo, mesmo no passado, conheceu períodos intermitentes de austeridade, na União e nas unidades federativas. Mas os demais poderes sempre permaneceram imunes a isso, em nome de sua autonomia financeira, mesmo contrariando a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Pela emenda, a lei estabelecerá um percentual de gastos para cada um dos poderes, o que seria um grande avanço, possibilitando um exame acurado da destinação de verbas e uma transparência condizente com o espírito democrático.

Este é um lado que pouco tem merecido atenção como deveria. Os contribuintes têm direito a saber para o que está contribuindo em impostos que não cessam de aumentar. Há um objetivo econômico bem definido a atingir através da regularização das finanças públicas no sentido mais abrangente possível. Mas, ao lado disso, estão as imposições de uma sociedade aberta.